



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
VARA DO TRABALHO DE CARATINGA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA: CARLOS HUMBERTO PINTO VIANA**



**Lei de Criação: Lei 7.471 de 30/04/1986  
Data da instalação: 11/11/1986**

**Jurisdição: Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dom Cavati, Entre Folhas, Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Pingo D'Água, Raul Soares, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São João do Oriente, São Pedro dos Ferros, São Sebastião do Anta, Sobrália, Tarumirim, Ubaporanga, Vargem Alegre, Vermelho Novo.**

**Edital de Correição publicado no D.E. da Justiça do Trabalho em 21/10/10, p. 06.**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

**ATA DE CORREIÇÃO**

Às 15h00min do dia 25 de outubro de 2010, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, **Dr. Emerson José Alves Lage**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Caratinga, situada na Praça Engenheiro Felipe Moreira Caldas, 21 – Bairro Santa Zita, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho, **Dr. Walder de Brito Barbosa**; pela Diretora de Secretaria, Sra. Helena Silvia Trivelatto Messias; pelos servidores Alex Alves de Oliveira, Cecília dos Santos Amaral, Geovani Soares de Almeida, Hellen Giotti Ladeira, Luciano Santos Nascimento, Márcia Eli de Freitas, Renata Capella Araújo Carvalho. Ausentes as servidoras Rosilene Teixeira Pinto Lacerda (em licença médica) e Águida Aparecida de Andrade (**servidora mais antiga tendo ingressado no TRT e nesta Vara do Trabalho em 01/09/1987**) (em férias regulamentares).

Ausente o MM. Juiz Titular, **Dr. Carlos Humberto Pinto Viana**, em razão do afastamento previsto no artigo 58, III, parágrafo 1º., do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª. Região.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria examinou:

**1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:**

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS** – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.386 (um mil trezentos e oitenta e seis) processos distribuídos até a presente data, média de 8,1 (oito vírgula um) processos por dia útil.

**1.2. PAUTA** – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências em prosseguimento da instrução estão sendo designadas, segundo dados do dia 25/10/2010, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas:

- a) **rito sumaríssimo:** 09/11/2010;
- b) **rito ordinário:** 09/11/2010;
- c) **prosseguimento da instrução:** 15/12/2010.

**1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 132 (cento e trinta e duas) cartas precatórias até a presente data, neste exercício, das quais 119 (cento e dezenove) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

**1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – A Vara expediu 169 (cento e sessenta e nove) cartas precatórias até a presente data, neste exercício, das quais 130 (cento e



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

trinta) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

**1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 50 (cinquenta) autos de processos na Instância Superior, sendo que destes 47 (quarenta e sete) processos foram remetidos no presente exercício, até esta data.

**1.6. CARGA PARA O MERITÍSSIMO JUIZ DO TRABALHO** – Há 1 (um) auto de processo com carga, no prazo legal.

**1.7. CARGA PARA ADVOGADOS** – Existem 22 (vinte e dois) autos de processos com carga, das quais 09 (nove) vencidas e cobradas.

**1.8. CARGA PARA PERITOS** – Constatam 19 (dezenove) autos de processos com carga, das quais 08 (oito) vencidas e cobradas.

**1.9. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constatam 1.628 (um mil seiscentos e vinte e oito) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 30 (trinta) pendentes de cumprimento, dentro do prazo.

**1.10. REMESSA AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS** – Há 13 (treze) autos de processos com carga para o Setor de Cálculos, todos dentro do prazo.

**1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Existem 463 (quatrocentos e sessenta e três) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 440 (quatrocentos e quarenta) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 13 (treze) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação execução penalidade administrativa imposta;
- c) nenhum processo arquivado provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) 10 (dez) execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de setembro de 2010.

Em relação às Varas do Trabalho de mesma movimentação processual no ano de 2009, cuja média de processos em fase de execução foi de 651 (seiscentos e cinquenta e um), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

**1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, exercício 2009, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 21 (vinte e um) ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** - Foram examinados, por amostragem, autos de



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

**2.1. PROCESSOS EM PAUTA** – Na pauta do dia 26/10/2010 havia 13 (treze) processos:

- a) rito sumaríssimo:** 5 (cinco) processos;
- b) rito ordinário:** 5 (cinco) processos;
- c) instrução:** 2 (dois) processos;
- d) tentativa de conciliação:** 1 (um) processo.

Foram examinados os autos dos processos 01360/10, 00023/10, 01352/10, 01317/10, 01348/10, 01347/10, 01344/10, 01338/10, 01353/10 e 01354/10, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, parágrafo único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do Meritíssimo Juiz: sentenças e despachos.

**RESULTADO:** os processos encontram-se em ordem.

**2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – Exame dos autos dos processos 90102/10, 90120/10, 90131/10, 90127/10, 90100/10, 90118/10, 90119/10, 90123/10, 90124/10 e 90129/10 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 03/2001/TRT); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

**RESULTADO** - Os processos encontram-se em ordem.

**2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – Examinaram-se os autos dos processos 00895/09, 00667/10, 01631/10, 00817/10, 00815/10, 00816/10, 00813/10, 01104/10, 00302/10, 00356/09 e 00906/10.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

**RESULTADO:** o resultado é o que segue, destacadamente:



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

- 00906/10: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

**Recomenda o Exmo. Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria que seja colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).**

**2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Foram examinados os autos dos processos 01145/10, 00056/10, 00179/10, 00191/10, 00524/08, 00909/07, 00624/10, 00353/07, 00706/09 e 00274/09 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e CARTÓRIO DE PROTESTO) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT.

**RESULTADO:** o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01145/10: processo sem o cadastramento de assuntos processuais, em desacordo com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 71/2009 do TRT 3ª Região;

- 00179/10: processo sem o lançamento do código 056 após a homologação dos cálculos e expedição de mandado de penhora e avaliação como “texto livre”;

- 00524/08: processo sem o cadastramento de assuntos processuais, em desacordo com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 71/2009 do TRT 3ª Região e apesar de ter sido lançado o código 056 após a homologação dos cálculos em 17/11/2008, não constam os autos no sistema informatizado como em fase de execução, porque foi indevidamente arquivado. Assim, após ter sido reaberto, havia a necessidade de novo lançamento no código 056;

- 00909/07: processo sem o cadastramento de assuntos processuais, em desacordo com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 71/2009 do TRT 3ª Região e sem o lançamento do código 056 após a homologação dos cálculos;

- 00624/10: processo sem o lançamento do código 056 após a homologação dos



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

cálculos;

- 00353/07: processo sem o cadastramento de assuntos processuais, em desacordo com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 71/2009 do TRT 3ª Região;

- 00274/09: processo sem o cadastramento de assuntos processuais, em desacordo com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 71/2009 do TRT 3ª Região.

**Recomenda o Exmo. Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria que seja lançado no sistema informatizado o código 056 após a homologação dos cálculos e, ainda, que sejam cadastrados no sistema os assuntos processuais de acordo com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 71/2009 do TRT 3ª Região.**

**2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se existir 34 (trinta e quatro) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos no conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos do processo 01028/09, 01278/10, 00885/10, 00807/10, 01305/10, 01303/10, 00688/10, 01204/10 e 00229/10 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

**Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância e fazendo-os conclusos a MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável, a critério do Juiz.**

**2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO** - Examinados os autos dos processos 00948/10, 01076/10, 01208/10, 01332/10, 01300/10, 00238/10, 00027/10, 01152/10, 01298/10 e 01003/10.

Foi inspecionado o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, e a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00238/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (18 dias);

-01152/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (17 dias).

**O Excelentíssimo Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria recomendou que as**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

**audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo sejam realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região.**

**2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há neste ano de 2010, até a presente data, inquérito judicial em tramitação nesta Vara do Trabalho.

**2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** - Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que foram ajuizadas no ano de 2010, até a presente data, 2 (duas) ações civis públicas.

**2.9. AÇÃO COLETIVA** - Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que foram ajuizadas no ano de 2010, até a presente data, 4 (quatro) ações coletivas.

**2.10. PROCESSOS JULGADOS** - Examinados os autos dos processos 01284/10, 01177/10, 01147/10 e 01340/10.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do MM. Juiz (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o MM. Juiz, à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

**RESULTADO:** os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se ao MM. Juiz que, **na medida do possível**, profira sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

**2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS** – Examinados os autos dos processos 00602/07, 00123/09, 00040/10, 00230/10, 00197/07, 00058/07, 00728/08, 00110/07, 01032/09 e 00964/07.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

**RESULTADO:** o resultado é o que segue, destacadamente:



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

-00230/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (19 dias).

**O Excelentíssimo Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria recomendou que as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo sejam realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região.**

**2.12. PRECATÓRIOS** – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foram expedidos 09 (nove) precatórios no ano em curso, até a presente data. Analisados os processos 00192/06, 00404/07 e 00408/07, verificou-se que se encontram em ordem.

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA** - Apurou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 26/10/2010.

- a) **rito sumaríssimo:** 12 (doze) dias;
- b) **rito ordinário:** 18 (dezoito) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 42 (quarenta e dois) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 25/10/2010, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **rito sumaríssimo:** 15 (quinze) dias (09/11/10);
- b) **rito ordinário:** 15 (quinze) dias (09/11/10);
- c) **prosseguimento da instrução:** 51 (cinquenta e um) dias (15/12/2010).

**CORREIÇÃO DE 2009:** Na correição realizada em 29/09/2009, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) **rito ordinário:** 32 (trinta e dois) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 30 (trinta) dias.

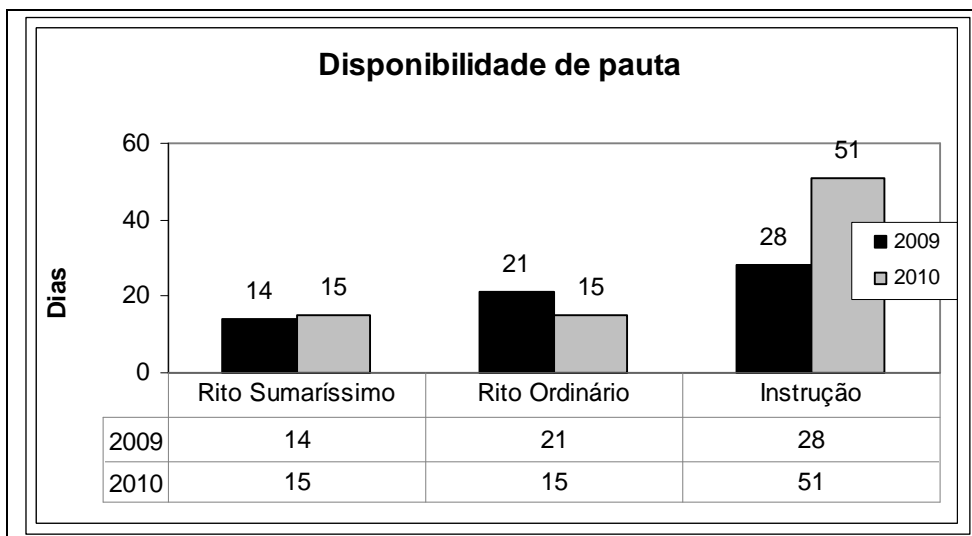
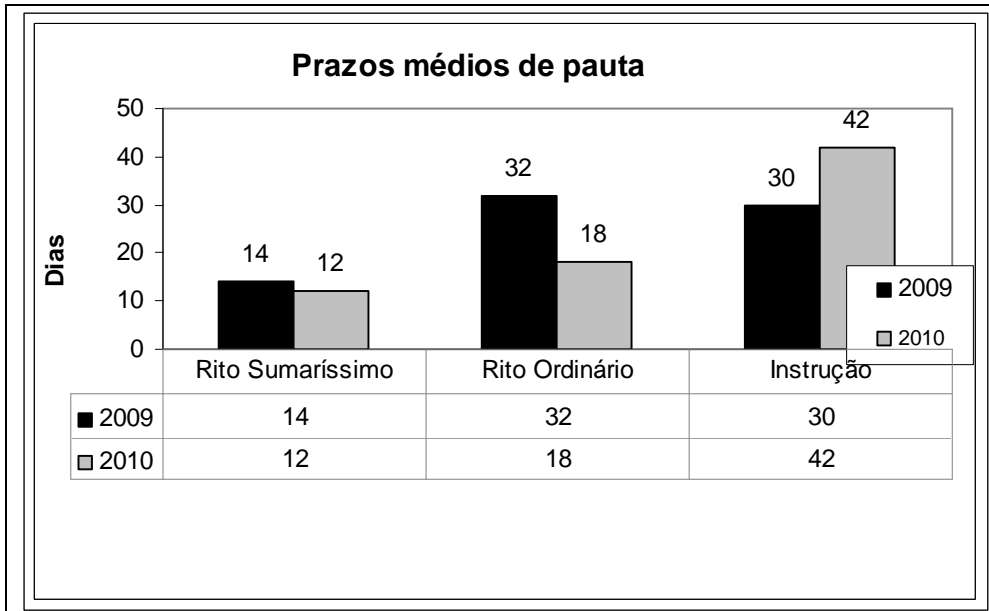
A disponibilidade de pauta foi:

- a) **rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) **rito ordinário:** 21 (vinte e um) dias;
- c) **prosseguimento da instrução:** 28 (vinte e oito) dias.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

No exercício de 2009, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) sentenças de conhecimento:** 257 (duzentos e cinquenta e sete), média de 1,14 (um vírgula quatorze) por dia;
- b) decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração:** 58 (cinquenta e oito), média de 0,26 (zero vírgula vinte e seis) por dia;
- c) decisões na fase de execução:** 27 (vinte e sete), média de 0,12 (zero vírgula doze) por dia;
- d) total:** 342 (trezentos e quarenta e dois) processos conclusos para decisão no período, média total de 1,52 (um vírgula cinquenta e dois) por dia de expediente forense.

	<b>Ano/2009</b>	<b>Média/dia</b>
<b>Sentenças de conhecimento</b>	257	1,14
<b>Decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração</b>	58	0,26
<b>Decisões na fase de execução</b>	27	0,12
<b>Total</b>	342	1,52

**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em setembro de 2010, com 21 (vinte e um) dias úteis, realizou:

- a) audiências de rito sumaríssimo:** 45 (quarenta e cinco), média de 2,14 (dois vírgula quatorze) por dia;
- b) audiências de procedimento comum:** 29 (vinte e nove), média de 1,38 (um vírgula trinta e oito) por dia;
- c) audiências de tentativa de conciliação:** 5 (cinco), média de 0,24 (zero vírgula vinte e quatro) por dia;
- d) audiências de instrução:** 29 (vinte e nove), média de 1,38 (um vírgula trinta e oito) por dia;
- e) total de audiências:** 108 (cento e oito), média de 5,14 (cinco vírgula quatorze) por dia.

<b>Audiências</b>	<b>Número de Audiências/Mês</b>	<b>Média/dia</b>
<b>Rito sumaríssimo</b>	45	2,14
<b>Procedimento comum</b>	29	1,38
<b>Tentativa de conciliação</b>	5	0,24
<b>Instrução</b>	29	1,38
<b>Total</b>	108	5,14



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

No mês de setembro de 2010, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 31 (trinta e uma) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 3 (três) sentenças decorrentes da interposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II - B. Foram conciliados 29 (vinte e nove) processos, conforme verificou-se do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, mediante informação da Diretora de Secretaria, que nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas em 3 dias de cada semana, geralmente às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 14h00min nas terças e 08h30min nas quartas e quintas. O intervalo entre as audiências é de 10 (dez) minutos para as de procedimento sumaríssimo, 05 (cinco) minutos para as de rito ordinário e de 15 (quinze) minutos para as instruções. São realizadas, em média, 15 (quinze) audiências por dia.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho são exarados, em média, 400 (quatrocentos) despachos por semana.

**AUXÍLIO FIXO:**

Não há auxílio fixo nesta Vara.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria que, caso seja designado o auxílio fixo para esta Vara, seja observado o que dispõe o artigo 118-B da Consolidação Geral dos Provedimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provedimento 01/2010.

**5. PRODUÇÃO** - Do total de 1.197 (um mil e cento e noventa e sete) processos para solução em 2009, 1.096 (um mil e noventa e seis) foram recebidos no ano de 2009, 89 (oitenta e nove) são processos pendentes de 2008 e 12 (doze) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 4,87 (quatro vírgula oitenta e sete). No ano de 2009, o MM. Juiz solucionou 1.034 (um mil e trinta e quatro) processos, dos quais 419 (quatrocentos e dezenove) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 86,38% (oitenta e seis vírgula trinta e oito por cento).

Do total de 999 (novecentos e noventa e nove) processos para solução em 2008, 928 (novecentos e vinte e oito) foram recebidos no ano de 2008, 65 (sessenta e cinco) são processos pendentes de 2007 e 6 (seis) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2008, o MM. Juiz solucionou 909 (novecentos e nove) processos, dos quais 527 (quinhentos e vinte e sete) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 90,99% (noventa vírgula noventa e nove por cento).

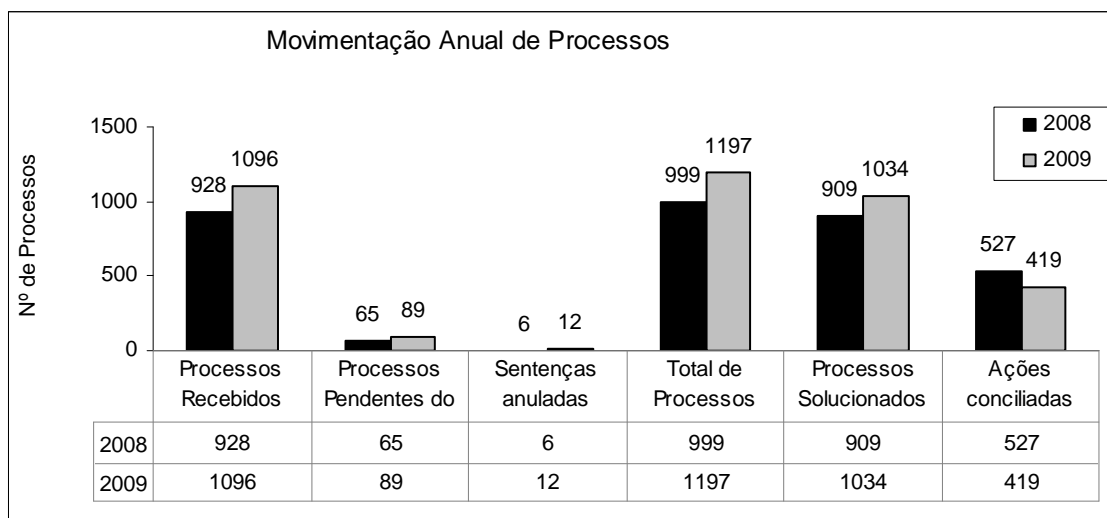
Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 18,11% (dezoito vírgula onze por cento) no número de processos recebidos no ano de 2009. Quanto à produção, verificou-se que em 2009 houve uma diminuição de 4,61% (quatro vírgula sessenta e um por cento).



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

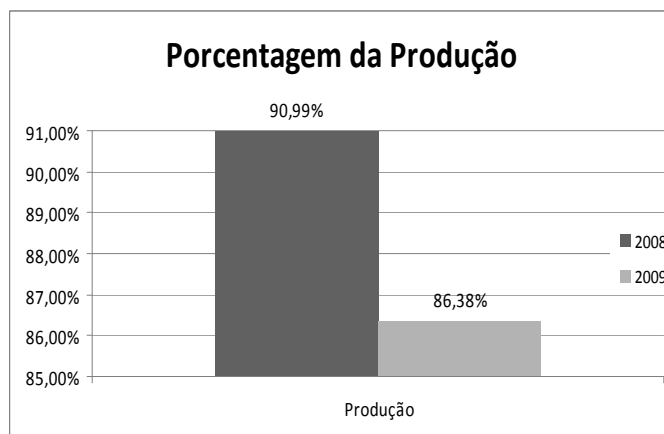
Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

<b>Movimentação Anual de Processos</b>		
	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Processos recebidos	928	1096
Processos pendentes do ano anterior	65	89
Sentenças anuladas	6	12
<b>Total de processos para solução</b>	<b>999</b>	<b>1197</b>
Processos Solucionados	909	1034
Ações conciliadas	527	419
Produção	90,99%	86,38%





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



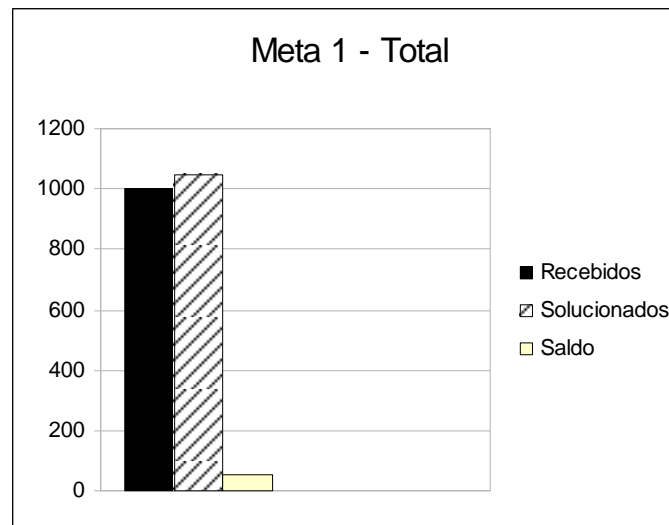
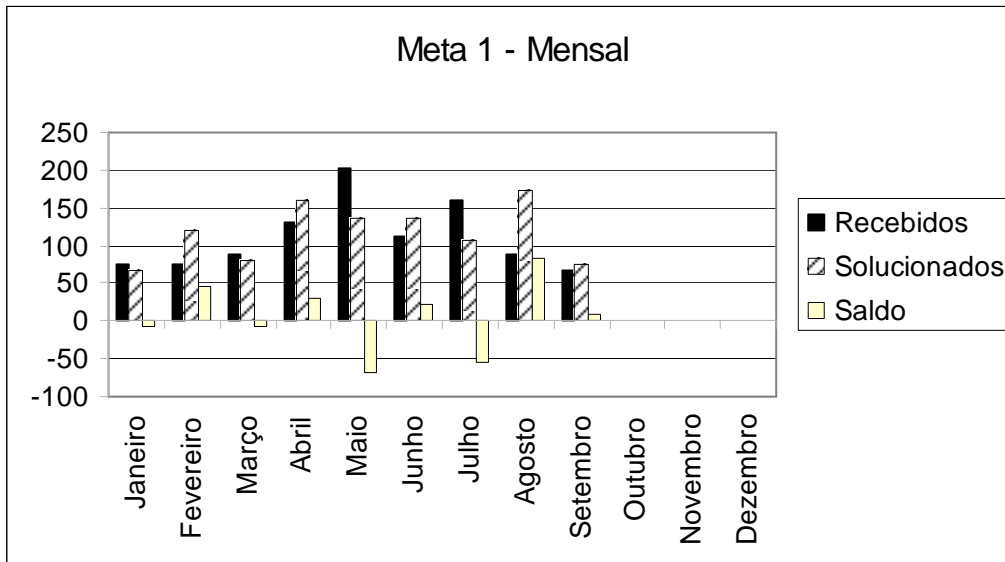
**META 1 – CNJ**

<b>Vara do Trabalho de Caratinga *</b>			
<b>Mês</b>	<b>Recebidos</b>	<b>Solucionados</b>	<b>Saldo</b>
Janeiro	74	66	-8
Fevereiro	75	121	46
Março	89	81	-8
Abril	130	159	29
Maio	202	135	-67
Junho	113	135	22
Julho	161	106	-55
Agosto	89	172	83
Setembro	67	75	8
Outubro			0
Novembro			0
Dezembro			0
<b>Total</b>	<b>1000</b>	<b>1050</b>	<b>50</b>

\* Dados conforme tabela estatística de "movimento processual das Varas do Trabalho" disponível no sítio do TRT 3ª Região



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**



**6. ARRECADAÇÃO** - Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, exercício 2009, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o registro dos seguintes valores:

<b>Contribuição Previdenciária</b>	<b>Imposto de Renda</b>
------------------------------------	-------------------------



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

R\$248.883,69

R\$128.420,69

Nas Varas do Trabalho de mesma movimentação processual, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$460.529,35 e do Imposto de Renda em R\$282.520,54. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda abaixo da média.

**Recomenda-se à Sra. Diretora de Secretaria que observe os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.**

**7. PORTARIAS** – De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, encontra-se em vigor nesta Vara do Trabalho a Portaria 01/2006, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

**8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD** - Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou que o MM. Juiz emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

**9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO** – Lastreada em acompanhamento por servidor da Corregedoria e por amostragem, constatou-se que foi atendida 1 (uma) pessoa no período de 10h05min às 10h35min, no dia 26/10/2010, de forma organizada, ágil e com ótima qualidade.

**10. DA SECRETARIA** – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou, dentre outros aspectos, a ótima qualidade no atendimento às partes e aos advogados, a observância dos prazos processuais e a excelente organização da Secretaria.

**11. RECOMENDAÇÕES** –

Recomenda o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que seja(m):

a) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

- b) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;
- c) observada a recomendação, contida na Ata de Correição Ordinária, realizada, em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, no sentido de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;
- d) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;
- e) cumprido o contido na Ata de Correição do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral, recomendando que “após a liquidação da sentença em que se apura crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, haja imediata liberação deste em favor do credor, determinada de ofício ou a requerimento do interessado, condicionada a comprovação do valor efetivamente recebido, em prazo assinado, ordenando-se a seguir o prosseguimento da execução apenas pela diferença”;
- f) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- g) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;**
- h) realizado pela Secretaria um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério do Juiz;**
- i) autuada a contracapa dos autos da carta precatória no processo, conforme disposto no artigo 20 do Provimento 01/2008 deste Regional;
- j) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);**
- k) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC, evitando que os autos dos processos fiquem paralisados;
- l) observado pela Secretaria o prazo de 48 (quarenta e oito) horas previsto no artigo 190 do CPC;
- m) assinadas todas as vias dos autos de arrematação, dos alvarás e das autorizações,





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

abstendo-se de apor o carimbo original assinado;

n) os autos arquivados somente após despacho do Juízo;

**o) cadastrados os assuntos processuais, de acordo com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 71/2009 do TRT 3ª Região;**

**p) lançado no sistema informatizado o código 056 após a homologação dos cálculos.**

**12. METAS NACIONAIS PRIORITÁRIAS PARA O ANO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

A Portaria 18, de 24 de março de 2010, do Exmo. Desembargador Presidente, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, no dia 29 de março de 2010, designou o Desembargador Corregedor para atuar como Gestor das Ações e Metas das Nacionais Prioritárias 1, 2, 3 e 7 do ano de 2010, quais sejam:

Meta Prioritária 1: Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;

Meta Prioritária 2: Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007;

Meta Prioritária 3: Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009);

Meta Prioritária 7: Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

O Sr. o Desembargador Auxiliar da Corregedoria, desde logo, e sem desprezar outras ações específicas que poderá adotar ao longo do ano, comunica ao MM. Juiz Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, exortando-os, desde já, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região as cumpra integralmente, como ocorreu com as metas do ano de 2009, deixando-nos, todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juizes e os servidores, felizes e realizados pelo cumprimento de nossa missão constitucional.

Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com pleno êxito, o Sr. Desembargador Auxiliar da Corregedoria recomenda que o MM. Juiz confeccione um cronograma e



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como ele se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento das referidas

metas, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento das metas nacionais pelo TRT/3ª Região, que, semelhantemente ao ano anterior, e há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Desembargador Auxiliar da Corregedoria salientou a importância das metas nacionais do CNJ, e em nome da Administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco nelas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. Por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos esta “luta” institucional será vencida. Com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria que não há processo em fase de conhecimento e distribuído até 31/12/07 em tramitação nesta Vara.

No tocante às Metas Nacionais Prioritárias 1, 2 e 3 do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

### **13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, enfatiza o Excelentíssimo Corregedor Auxiliar da Corregedoria a necessidade de cumprimento das Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10 do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir a pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009);

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Atendendo, também, à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento a Recomendação 11 do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

ambiente.

Tendo em vista as medidas adotadas por este Tribunal visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar anualmente o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando precisar imprimir um documento optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o site Ambiente Legal; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – O Excelentíssimo Corregedor Auxiliar da Corregedoria estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a ótima qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria, transmitiu e endossou os agradecimentos expressos pelo Excelentíssimo Ministro Gilmar Mendes, no 3º Encontro Nacional do Judiciário, organizado pelo CNJ, pelo engajamento dos Magistrados e dos Servidores, em especial desta Vara do Trabalho, visando ao atingimento de todas as metas prioritárias pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 13h00min, do dia 26 de outubro de 2010, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Ricardo Silva Estevanovic** \_\_\_\_\_, Assessor do Desembargador Corregedor, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

pelo Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, pelo MM. Juiz e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, além do Sr. Assessor acima nominado, foi composta pelo seu Assessor Simon Cameron Maroni Safe Silveira.

Emerson José Alves Lage  
Desembargador Auxiliar da Corregedoria

Walder de Brito Barbosa  
Juiz do Trabalho

Helena Silvia Trivelatto Messias  
Diretora de Secretaria

Alex Alves de Oliveira      Cecília dos Santos Amaral      Geovani Soares de Almeida

Hellen Giotti Ladeira      Luciano Santos Nascimento      Márcia Eli de Freitas

Renata Capella Araújo Carvalho